

FRENTES PIONEIRAS E LOCALIZAÇÃO DA CAPITAL BRASILEIRA: TERRITORIALISMO E CAPITALISMO NA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO BRASIL

Larissa Alves de Lira¹

Universidade de São Paulo (USP)
São Paulo, SP, Brasil



Enviado em 6 mar. 2023 | Aceito em 27 out. 2023

Resumo: Desde a primeira constituinte do Brasil, em 1822, debateu-se a alternativa de mudar a capital do litoral para o interior. Entre 1948 e 1955, geógrafos e técnicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) envolveram-se no debate, trazendo à tona controvérsias sobre as lógicas de localização da capital, grau de centralização política e desenvolvimento territorial. Este artigo tem objetivos teórico, empírico e cartográfico. O primeiro é relacionar o debate da localização da capital e as controvérsias entre diferentes propostas com distintos projetos nacionais. Um segundo, é situar a lógica das capitais no âmbito da formação territorial em termos de uma concorrência territorial entre capitalismo e territorialismo nos quadros do sistema-mundo. Um terceiro objetivo será de verificar a "performatividade" do planejamento no âmbito do avanço concreto de uma frente pioneira territorialista em contraste com a frente pioneira capitalista.

Palavras-chave: localização da capital, capitalismo, territorialismo, concorrência territorial, frentes pioneiras.

PIONEER FRONTS AND THE LOCATION OF THE BRAZILIAN CAPITAL: TERRITORIALISM AND CAPITALISM IN THE TERRITORIAL FORMATION OF BRAZIL

Abstract: From Brazil's first constitutional in 1822, the option of moving the capital to the countryside was already being discussed. Between 1948 and 1955, geographers and technicians from the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) became part of the debate, highlighting controversies on the logic behind the location of the capital, the degree of centralization, and territorial development. This article has theoretical, empirical, and cartographical objectives. The first is relating the debate on the location of the capital and the controversies between different proposals to distinct national projects. The second is to situate the logic behind the capitals in the context of territorial formation as territorial competition between capitalism and territorialism in the framework of the system-world. A third objective is to verify the "performativity" of planning in the context of concrete advancement of a state pioneer front contrasting with a capitalistic pioneer front.

Keywords: capital location, capitalism, territorialism, territorial competition, pioneer fronts.

LES FRONTS PIONNIERS ET L'EMPLACEMENT DE LA CAPITALE BRÉSILIENNE : TERRITORIALISME ET CAPITALISME DANS LA FORMATION TERRITORIALE DU BRÉSIL

Résumé: Depuis la première assemblée constituante du Brésil en 1822, la possibilité de déplacer la capitale de la côte vers l'intérieur a été débattue. Entre 1948 et 1955, des géographes et des techniciens de l'Institut brésilien de géographie et de statistique (IBGE) se sont impliqués dans le débat, mettant en lumière des controverses sur la logique de la localisation de la capitale, le degré de centralisation politique et le développement territorial. Cet article a des objectifs théoriques, empiriques et cartographiques. Le premier est de mettre en relation le débat sur la localisation de la capitale et les controverses entre les différentes propositions avec les différents projets nationaux. Le second est de situer la logique des capitales dans le contexte de la formation territoriale en termes de concurrence territoriale entre le capitalisme et le territorialisme, dans le cadre du système-monde. Un troisième objectif sera de vérifier la "performativité" de la planification dans le contexte de l'avancée concrète d'un front pionnier territorialiste face au front pionnier capitaliste.

Mots-clés: localisation de la capitale, capitalisme, territorialisme, concurrence territoriale, fronts pionniers.

1. Pós-doutoranda no Instituto de Estudos Brasileiros, Universidade de São Paulo, bolsista FAPESP/Professora visitante na Johns Hopkins University. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0675-0008>. E-mail: lara.lira@gmail.com



Introdução

Consolidou-se, no âmbito do debate do planejamento territorial, que a escolha *das localizações* de centros de atividades e das cidades em geral – e de capitais planejadas em particular – situa-se em uma ampla problemática de promoção do desenvolvimento nacional (PERROUX, 1961; RICHARDISON, 1981; BRADFORD; KENT, 1987). Neste artigo, essa problemática envolve não apenas construções materiais concretas, mas também controvérsias epistemológicas prévias a essa concretização.

Com efeito, no âmbito do planejamento, pode-se comparar o plano imaginado com o processo concreto de colonização territorial, cotejando as geografias imaginadas com a produção de materialidades e construindo uma reflexão sobre o concreto-abstrato dos territórios (OZOUF-MARIGNIER, 1989). Ademais, as escolhas planejadas das localizações, em especial das capitais, e suas consequências concretas podem estar relacionadas a diferentes escalas de temporalidades e espacialidades, sendo que, neste artigo, essas situações político-territoriais estão relacionadas não apenas à escala das controvérsias, como a das longas durações e aos amplos espaços da economia-mundo moderna (BRAUDEL, 1983, 1997), em que se inclui o Brasil.

Apoiado em Fernand Braudel (1987), Giovanni Arrighi (1996) demonstrou que a dialética entre territorialismo e capitalismo (voltaremos a essas definições) é um fenômeno de longa duração, remontando ao despertar do mundo moderno. Assim, mesmo que os personagens históricos (políticos, geógrafos, técnicos e atores econômicos) que estão inseridos nas decisões políticas não estejam plenamente conscientes das suas tomadas de posição nessa longa dialética histórica, é justamente sua persistência temporal que permite posicioná-la na temporalidade das decisões do planejamento, motivo pelo qual essas controvérsias podem ser analisadas no âmbito tanto dos acontecimentos quanto da estruturação espacial do sistema-mundo.

As perguntas que nos guiam são: quais são os projetos de país envolvidos nas controvérsias para localização da capital? Para o caso da Brasil, as alternativas para a localização da capital, debatidas entre 1948 e 1955 no IBGE, representam diferentes padrões de conquista material do espaço que estiveram em concorrência, inserindo-se na longa tensão entre o “territorialismo” e o “capitalismo”, no âmbito das duas principais vias de formação dos Estados no sistema-mundo? Houve uma materialidade concreta que seja consequência dessas diferentes propostas de organização no processo de avanço de distintos tipos de frentes pioneiras no território do Brasil?

O geógrafo francês Pierre Monbeig (1984) definiu a dinâmica das frentes pioneiras como sendo estrutural do território do Brasil. Neste artigo, diferenciamos a frente pioneira capitalista da frente pioneira territorialista (voltaremos a este ponto). Já o conceito de sistema-mundo visa dar um passo atrás à ideia de modo de produção capitalista. Para os autores sistemo-mundistas, há duas principais formas de acumulação de poder na modernidade: a política e a economia. Ambas as lógicas devem ser nitidamente distinguidas, compreendendo suas dimensões autônomas (WALLERSTEIN, 2011).

A partir dessas questões, a história e a teoria da geografia são vistas em associação com a geografia histórica (OZOUF-MARIGNIER, 1989), com a etnografia das controvérsias² (LATOUR, 1989) e com a teoria da economia-mundo, uma teoria de longo alcance (BRAUDEL, 1997; ARRIGHI, 1996, 2008; WALLERSTEIN 2011). Ademais, as epistemologias mobilizadas em geografias imaginadas

² A dimensão da história da ciência proposta neste artigo baseia-se na metodologia de análise das controvérsias, originalmente proposta por Bruno Latour. As controvérsias são entendidas como a possibilidade de se observarem os trabalhos técnico-científicos em uma dinâmica aberta. Permitem ao pesquisador da ciência, segundo Bruno Latour (1989), “abrir a caixa preta”. Essa ideia é evocada para pensar o ato social em construção, no interior de uma concepção de história, cuja noção de conflito toma lugar fundamental (LASCOURMES, 2002). Igualmente, permitem observar as potencialidades da história, pois o conflito e a construção podem representar a história em latência, ou seja, como se as múltiplas representações em conflito pudessem guardar as suas possibilidades do desenvolvimento.

podem ter sido convertidas ou não em geografias materiais e fatos geográficos, o que caberá verificar, colocando em questão a própria “performatividade” do planejamento territorial, ou seja, sua capacidade de criar mundos (LOIS, 2018).³

Este artigo tem três objetivos principais. O primeiro é estabelecer a hipótese de que, através de controvérsias técnico-científico-políticas, diferentes localizações candidatas a abrigarem a capital do Brasil encarnariam diferentes projetos nacionais, diferentes fatores geográficos para o desenvolvimento territorial e diferentes tipos de redes urbanas que comandariam a organização do território. Um segundo objetivo é situar a lógica das controvérsias no âmbito de uma concorrência urbana e no âmbito da diferenciação entre capitalismo e territorialismo. Capitalismo e territorialismo são as duas principais vias de formação dos Estados modernos do sistema-mundo segundo Giovanni Arrighi (1996), cuja perspectiva sistemo-mundista foi adotada como quadro teórico no presente artigo. Após a escolha da localização da capital, um terceiro objetivo é verificar como os fatores geográficos que estavam associados às candidaturas de localização de Brasília, e que continuam atuantes no território, evoluíram em dois tipos de redes urbanas, que foram geradas por uma frente pioneira territorialista – em oposição a uma frente pioneira capitalista – em um processo de competição territorial.

A hipótese principal a ser desenvolvida neste artigo é que as duas lógicas de escolhas da localização de capitais que apareceram nas controvérsias devem ser associadas a diferentes formas de avanço nos espaços, desembocando em pelo menos dois principais tipos de frentes pioneiras, com seus tipos de redes urbanas também correspondentes, e podem estar associadas a diferentes lógicas no âmbito da longa duração do sistema-mundo, concretizando-se no território na forma de uma concorrência territorial.

A questão da mudança da capital tem uma longa história e remonta à formação do Estado moderno no Brasil. Nesse país, essa problemática aparecerá em todas as constituintes pós-Independência: 1890, 1934 e 1946, sendo que em 1890 e 1934 predominou a manutenção de uma lógica marítima e, em 1946, o consenso em torno da mudança para o interior é irreversível, sendo a mudança, nessa Constituição, posta como lei (VESENTINI, 1986). Uma primeira leva de expedições, capitaneadas por Luiz Cruls, foi enviada ao Planalto Central entre 1896 e 1898 para a escolha precisa do sítio da capital (VERGARA, 2006). Anos mais tarde, o debate reaviva-se. Personagens envolvidos nas atividades do IBGE – principal órgão de planejamento do governo federal que havia sido criado em 1938 – participam de uma segunda onda de expedições levada a cabo entre 1948 e 1950 para aprofundar os estudos das primeiras e tomar uma decisão definitiva.

A questão das capitais jamais foi explorada por uma etnografia das controvérsias e foi pouco explorada pelos autores do sistema-mundo, principalmente quando se pensa a unidade histórica e geográfica do capitalismo. Latour (1989) entendia a metodologia das controvérsias como frutífera para debates técnicos. Fora do escopo do sistema-mundo, mas na perspectiva internacional, Lloyd Rodwin (1970) relacionou a questão do crescimento urbano às estratégias estatais de desenvolvimento. Charles Tilly e Wim Blockmans (1994) procuraram os elos entre o crescimento de cidades e dos Estados no nascimento da modernidade europeia. Mais contemporaneamente, Taylor e Derudder (2014) têm procurado relações no âmbito da atual globalização. Nesse mesmo sentido, Knox e Taylor (1995) têm explorado a natureza das redes de cidades globais que ditam as regras da

³ Carla Lois (2008) usa a expressão “mapas performativos”, no sentido de que uma imagem (na forma de mapa), ou um tipo de abstração do mundo miniaturizada, como apareceram nas exposições universais do século XIX, poderiam levar a concepções geopolíticas globais e, no limite, essas concepções construídas permitiriam ações práticas dos Estados. A performatividade, então, está associada aqui à ideia de mapas ou abstrações que levam às ações. Neste artigo, estamos utilizando esse conceito no sentido de pressupor que as teorias geográficas e seus debates podem produzir efeitos concretos sobre os territórios.

globalização contemporânea, como Londres, Nova York e Tóquio. Porém, a questão da rede de cidades foi pouco explorada na perspectiva do sistema-mundo, da organização interna dos territórios nacionais na perspectiva da geografia histórica, no âmbito das semiperiferias e, principalmente, através das interfaces espaciais construídas a partir do trabalho de Giovanni Arrighi. Faz-se exceção ao trabalho de Pasciuti (2013).

O assunto será abordado de acordo com o seguinte plano: uma primeira parte centra-se em questões teórico-metodológicas. A segunda e terceira partes abordam o arcabouço teórico do relacionamento entre capitais nacionais e diferentes vias de formação dos Estados no sistema-mundo na longa duração segundo as perspectivas de Fernand Braudel e Giovanni Arrighi. O tópico seguinte visa relacionar as conceituações precedentes com dinâmicas geográficas e se apoia principalmente nas possíveis associações das contribuições de Braudel e Arrighi às de Jean Gottman. Esta parte constitui, ainda, uma seção teórica e propositiva.

Segue-se então uma revisão bibliográfica contextual sobre a formação territorial do Estado brasileiro e que visa contextualizar a discussão seguinte, de análise das fontes primárias para o caso brasileiro. Em seguida, são analisadas as fontes primárias em que se apresentam as controvérsias sobre os diferentes projetos nacionais implicados na escolha da localização da capital. Por fim, no último tópico antes da conclusão, busca-se cotejar os planos anteriormente apresentados com fatores de desenvolvimento centrais a eles associados, quais sejam, a pequena e a grande propriedade no Brasil, através de duas principais frentes pioneiras: a territorialista e a capitalista, de forma a salientar a questão da “performatividade” do planejamento na longa duração e, assim, coroar a associação entre controvérsias e processos materiais de longa duração.

Das controvérsias à concorrência territorial

No âmbito deste estudo, após um processo de teorização no âmbito do sistema-mundo e de contextualização no escopo da formação territorial do Brasil, um aspecto metodológico importante é a análise das fontes, que implica no estudo das controvérsias (LATOURET, 1989) sobre a localização da capital do Brasil, de forma a delimitar o que abarcava cada um dos projetos. Segundo Tammaso Venturini (2010), as controvérsias envolvem não apenas um método para uma etnografia das ciências, mas uma concepção global de sociedades que se constroem por conflitos. Nesses conflitos, aparecem as alternativas sociais em contraste.

Um outro aspecto metodológico de análise das fontes implica considerar a produção material do território. Essas localizações que foram candidatas à capital e, finalmente, a localização da capital escolhida representam não apenas projetos nacionais, mas também materialidades já existentes no território e que seriam desenvolvidas através desses projetos. Por exemplo, a presença e a expectativa de propagação de pequenas propriedades no interior do Brasil, junto com a instalação de Brasília no centro do Planalto Central (mais próxima de uma lógica pioneira norte-americana), ou de grandes propriedades que seguem a frente pioneira paulista (reverberando uma antiga lógica econômica agroexportadora herdada da colônia), que têm como base o Sudeste e o Triângulo Mineiro, avançando também através do oeste, expressam a ambivalência entre o plano e o existente.⁴ Portanto, apesar de haver um projeto para a localização da capital e um tipo de rede urbana que foram

⁴ Tanto territorialismo como capitalismo são vias de formação do Estado, como já afirmado. Assim, constituem formas estatais diferentes. Este artigo não considera que tenha ocorrido no Brasil daquele período algum efeito da via socialista de Estado. A pequena propriedade deve ser entendida como uma consequência da via de formação capitalista sob hegemonia norte americana (voltaremos a este ponto), mesmo que a hegemonia norte americana tenha que ter lidado com o desafio comunista (ARRIGHI, 1997).

vitoriosos, as alternativas vencidas à localização da capital permanecem ativas no território, estabelecendo uma competição territorial entre os tipos de rede urbana, segundo defendemos.

A ideia do geógrafo Jean Gottman de que existe uma competição territorial na organização de território é proposta aqui como uma dinâmica geográfica para o entendimento da materialidade da economia-mundo (BRAUDEL, 1997) e dos ciclos sistêmicos de acumulação (ARRIGHI, 1996). Ciclos sistêmicos de acumulação são técnicas e padrões de organização de economias hegemônicas – quais sejam, Veneza, Gênova, Amsterdã, Inglaterra e Estados Unidos – e que servem *de modelo* para o restante das economias nacionais (ARRIGHI, 1996). Arrighi (1996) define as duas principais formas de acumulação de poder no sistema-mundo: o territorialismo e o capitalismo. Enquanto a primeira via repousa na força do Estado imperial, de viés imperial-cosmopolita (PASCIUTI, 2013), com autonomia dos grupos políticos frente aos grupos econômicos capitalistas, produzindo um tipo de desenvolvimento baseado na conquista territorial direta e no crescimento da burocracia, a segunda baseia-se na extração do excedente através da apropriação do Estado nacional, com um viés nacional-regional, (PASCIUTI, 2013) por grupos capitalistas, produzindo um tipo de extração baseado na conquista de recursos e capital, mas de uma expansão territorial indireta. Em outras palavras, o capitalismo e o territorialismo podem ser vistos como caminhos diferentes para a consolidação dos Estados modernos.⁵

Por que considerar as vias de formação dos Estados em termos de uma possível competição territorial? Arrighi (1996) afirma que, enquanto o capitalismo e o territorialismo permaneceram externalizados no Oriente, com dinâmicas, estratégias e territórios claramente distintos, no Ocidente, ambos foram submetidos a processos de internalização, com uma estratégia sendo envolvida (ou englobada) pela outra. As relações de internalização a que estariam sujeitas essas duas vias no Ocidente teriam ocorrido devido ao processo de competição intergovernamental que caracterizou o sistema de estados europeus a partir do século XVII (ARRIGHI; HUI; HUNG, 1999). Assim, a existência de processos de internalização tornaria possível verificar várias estratégias diferentes em relação à dinâmica de urbanização e criação de territorialidades dentro de cada Estado nacional.

Por sua vez, Arrighi não discorreu sobre a dialética entre territorialismo e capitalismo na semiperiferia do Ocidente, mas a pesquisa que subsidia este artigo parece indicar que os mesmos processos de internalização são observados. O Estado nacional que se desenvolve no Brasil ao longo do século XX foi marcado por uma dualidade entre projetos provavelmente ainda mais forte do que nos centros ocidentais, talvez porque as mudanças de um padrão de organização foram mais graduais do que no núcleo orgânico da economia-mundo, marcado por revoluções burguesas.

Capitais nacionais e capitalismo

Ao trabalhar com configurações territoriais político-econômica padrões, pode-se incorporar nas reflexões temporalidades muitas longas, de acordo com a proposta de Giovanni Arrighi (1996). Assim, relacionar capitais nacionais e capitalismo pode remontar a Veneza, a Amsterdã e, mais

⁵ Para Arrighi (1996), capitalismo e territorialismo são conceitos, formas ideias, apesar de terem existido historicamente em situações pioneiras, como a cidade-estado veneziana ou estado imperial chinês moderno. À medida que avançamos no tempo, essas formas perdem suas características “ideais”. Assim, deve-se evitar uma dualidade rígida no tratamento dessas questões, do ponto de vista da construção material do território, mesmo que os tipos sejam constantemente evocados. Voltaremos à maneira como entendemos o processo mais realista de “internalização” dessas formas. É importante ressaltar também que, para Arrighi, as duas vias de formação do Estado moderno não incluem as formas de Estado socialista, emergente apenas no século XX. A forma territorialista é uma herança dos impérios (no século XIX e fins do XX, o império inglês é o principal representante) e a forma capitalista existe desde o século XIV, mas se torna territorialmente hegemônica apenas no século XX. Nesse século, ainda é possível observar as reminiscências dos impérios nos territórios e o tipo capitalista é representado pelos Estados Unidos.

contemporaneamente, aos Estados Unidos. De outro lado, Gênova, Ibéria e Inglaterra estão mais associadas ao territorialismo (PASCIUTI, 2013) (voltaremos a este ponto).

Segundo o historiador das primeiras formações capitalistas Fernand Braudel (1997), a característica mais importante das cidades-estados capitalistas, ocupando Veneza um papel exemplar, é uma grande autonomia da burguesia em relação às demais classes políticas e sua capacidade de fazer os campos próximos trabalharem para as cidades. Dessa forma, essa lógica sustenta suas necessidades de desenvolvimento urbano, que se orientam ao desenvolvimento territorial regional (PASCIUTI, 2013), apesar de participarem do comércio internacional.

Claro que Veneza é um exemplo extremo. (...) Ao longo desta vasta experiência sempre se vislumbra o pomo da discórdia: para quem vão a indústria, os ofícios, os seus privilégios, os seus lucros? Na realidade, vão para a cidade, para as suas autoridades, para os seus mercadores empresários. Eles decidirão se se deve tirar ou tentar tirar à zona rural da cidade o direito de fiar, de tecer, de tingir, ou se, inversamente, há vantagem em conceder-lhos. (...) No interior das cidades, (...) tudo está regulamentado ou deve estar para satisfazer as corporações que gozam de monopólios exclusivos (...). (BRAUDEL, 1997, p. 475)

Braudel (1997, p. 471) diz ser possível traçar um modelo: “no ocidente, capitalismo e cidades, no fundo, são a mesma coisa”. Nesse contexto, de um lado, essas cidades autônomas subordinam ou subsidiam seus campos. De outro lado, “vão separar-se das sociedades rurais e dos antigos vínculos políticos” (BRAUDEL, 1997, p. 468), “e tenham se constituídos como universos autônomos” (BRAUDEL, 1997, p. 468). Constituem os seus exércitos e suas tropas. Geograficamente (e essa não é apenas uma regra ocidental), essas cidades constituem, de um lado, “arquipélagos” (BRAUDEL, 1997, p. 462) e, de outro, “hierarquias urbanas” (BRAUDEL, 1997, p. 442) em que as cidades poderosas são “a ponta da pirâmide” (BRAUDEL, 1997, p. 442), pois são marcadas inevitavelmente por especializações e divisão do trabalho, formando “sistemas urbanos” (BRAUDEL, 1997, p. 442). Voltando ao ocidente, esses largos sistemas urbanos atingem articulações entre outros sistemas urbanos, formando redes mundiais.

Mas esses grandes sistemas urbanos globais são, na verdade, enclaves territoriais que são controlados por cima, pela superestrutura do sistema urbano. Braudel (1997, p. 467) utiliza um raciocínio estratigráfico: “do alto, dominaram os campos, para elas verdadeiros mundos coloniais”. Dominam também esses largos sistemas urbanos. Essas cidades representam enclaves nos territórios: vivem de recursos próximos e às longas distâncias, comportam-se como verdadeiros nós de uma rede superestrutural. O reverso da moeda é que, à medida que nos afastamos dos centros das hierarquias urbanas, tanto descendo em hierarquia quanto se movendo em distância, vão progressivamente perdendo seus poderes, existindo no interior de uma lógica essencialmente regional. Veneza, como foi dito, não é a capital de nenhum Estado, é uma cidade-estado e, ainda, uma cidade insular.

Quanto a Amsterdã, ela é a última das cidades-estados ao estilo das cidades italianas. Mas, segundo o esquema de Arrighi (1996), suas engenharias capitalistas teriam dominado o Estado territorial holandês, e a sede do governo foi subordinada aos governantes capitalistas no ciclo sistêmico holandês, entre o final do século XVI e o início do século XVII. Assim, não reproduz, *ipsis litteris*, o modelo italiano de padrão de localização e funcionalidade sem outros ingredientes territoriais.

Trata-se Amsterdã do primeiro caso ocidental em que o capitalismo internalizou o territorialismo e no qual não estavam separados, como no caso veneziano (capitalista) e no do complexo genovês-ibérico (territorialista). Assim, neste primeiro caso em que capitalismo e territorialismo se relacionam intimamente, surge um modelo de capital e um padrão de localização. Amsterdã, centro econômico dos Países Baixos, já o era na Proclamação da República das Sete

Províncias Unidas dos Países Baixos em 1581; é uma cidade penemarática, interiorizada do mar. Já a cidade de Haia, hoje oficialmente capital nacional, é uma cidade média, próxima de Amsterdã e uma cidade litorânea que se tornou sede da monarquia local a partir da guerra com a Espanha. Tanto hoje como no passado, essa sede do governo, segundo o geógrafo Jean Gottman, comporta-se como periferia de Amsterdã, apesar de sua relativa força urbana:

A Holanda adotou, por vários séculos, outra solução raramente aplicada: sua capital estatutária foi Amsterdã, a grande metrópole, mas o governo e o parlamento estiveram em Haia, a antiga sede dos Condes de Holanda. Na densa urbanização da Randstadt Holland, Haia pode parecer, na escala europeia, como um subúrbio de Amsterdã. (...) Para evitar um conflito entre cidade e coroa, Haia nunca recebeu o status de cidade; legalmente ela permanece apenas uma "aldeia" (...). (GOTTMAN, 1983, p. 9, tradução livre)

Gottman (1983) chega a afirmar que esse modelo duplo, ou seja, uma grande cidade que controla uma sede de governo, periférica internamente, é o que está na origem do padrão de localização verificado nos Estados Unidos no momento da localização de sua capital. Os Estados Unidos, para Arrighi (1996), são uma volta pendular ao padrão holandês, e, por sua vez, veneziano. Será também importante afirmar que os Estados Unidos, nos séculos XIX e XX, desenvolveram uma relação com seus campos no oeste baseado na pequena propriedade e essa forma de divisão fundiária passa a compor a estrutura agrária dessa via de desenvolvimento (BOWMAN, 1931).

Finalmente, é importante salientar que, para Pasciuti (2013), a via capitalista não só é regional (ou territorialmente menos extensa que a via territorialista – no interior de suas unidades político-administrativas inseridas no sistema-mundo – que é, por sua vez, global-cosmopolita), como é aquela que desenvolve uma "heterarquia" urbana, ou seja, muitas cidades, ou uma rede de cidades, possuem populações e poderes econômicos relativamente menos distanciados entre si do que um padrão de "hierarquia" urbana tipicamente territorialista, ou seja, em que uma cidade-primaz domina todo o restante da hierarquia urbana e o campos coloniais longínquos.⁶

Capitais nacionais e territorialismo

Com efeito, capitalismo e territorialismo possuiriam diferenças importantes como meios de se alcançar o poder, mas eles poderiam, segundo Arrighi (1996), passar igualmente por processos de *internalização*. De um lado, em algumas passagens, Arrighi (1996, p. 33) parece assumir a ideia de territorialismo quase como sinônimo de império, que ele qualifica também de "governantes territorialistas". De outro lado, a ideia de "governantes capitalistas" é prioritariamente associada aos centros urbanos do sistema-mundo, notadamente Veneza, Amsterdã e Estados Unidos. A ideia de distinção de Arrighi se verifica pois, no âmbito do sistema-mundo, o capitalismo, em suas formas organizacionais fundamentais, foi, na verdade, exceção à regra em termos territoriais, concentrando-se nos centros do sistema-mundo, enquanto as formas organizacionais de viés territorialista são, com efeito, mais vastas territorialmente.

Assim, o século XVII, segundo Fernand Braudel (1997), foi o auge do crescimento das capitais nacionais. Isso corresponde ao que Arrighi (1996) nomeia de surgimento dos sistemas-estatais, bem como quando ocorre a emergência da Espanha como um Estado territorial, e, depois, a internalização do capitalismo pelo territorialismo, culminando no ciclo sistêmico britânico, nacional e imperial. Em um primeiro momento, as capitais nacionais associam-se ao territorialismo e suas heranças. No

⁶ "(...) o conceito de cidade primaz se traduz como uma forte concentração em um só núcleo urbano, que possui forte influência sobre um território, se opondo, teoricamente, ao modelo mais abrangente de localidades centrais, proposto por Walter Christaller em 1933, onde se estrutura uma hierarquia urbana mais bem equilibrada quanto ao tamanho demográfico e funcional das aglomerações urbanas." (SILVA, 2008, p. 12)

século XIX, foram as capitais que mais cresceram em relação às antigas cidades urbanas de tipo comerciais (RINGROSE, 1998). A partir do ciclo sistêmico holandês, há também capitais nacionais capitalistas.

Isso configurou, então, um processo de concorrência urbana, como já foi salientado, pois, enquanto as capitais territorialistas orientavam o desenvolvimento nacional em um determinado padrão, as cidades capitalistas comerciais o orientavam em outro padrão. Porém, seria equivocado pensar, segundo Ringrose (1998), que a organização da política dos Estados territorialistas não constituísse em importante fonte de dinamismo econômico. “No século XVII, foram as capitais que apresentaram taxas de crescimento particularmente mais elevadas em comparação com todas as outras cidades europeias” (ROSSMAN, 2017, p. 32, tradução livre).

Pode-se perceber que a característica principal das capitais que estimulam um desenvolvimento de tipo territorialista é que a construção do Estado imperial atua autonomamente em relação aos grupos capitalistas. Como todo poder territorialista, o impulso primordial é a conquista territorial potencialmente global, ou seja, com vastos domínios coloniais. A partir da capital, surge primordialmente uma estrutura de poder e um impulso à constituição de uma importante burocracia (DUAN, 2018), a tal ponto que, assim como alguns autores referem-se a uma revolução militar para falar da criação da estrutura do Estado no século XVII na Europa (PARKER, 1996), talvez se possa ampliar o escopo e falar em uma revolução burocrática.

Essa estrutura de poder promove uma importante atração de populações, que serão a base para gerar uma economia dinâmica, para produzir e subsidiar a classe política ou toda a estrutura burocrática do Estado, como os exércitos (RINGROSE, 1998; ROSSMAN, 2017). De um lado, a classe política gera a necessidade de desenvolvimento econômico. De outro lado, porém, trata-se de uma alta concentração em uma “cidade-primaz”, pois o objetivo de estados como a Espanha e a Inglaterra foi conquistar mais territórios globais e coloniais e explorar seus campos.

A estrutura do Estado tende a se desenvolver em profundidade e em horizontalidade. Em profundidade, o Estado faz crescer a própria estrutura urbana da capital. Em horizontalidade, ele cria uma forte hierarquia de controle do conjunto do território e além (DUAN, 2018). A partir desse espraiamento, ocorre uma possível captura de cidades comerciais hostis. Por sua vez, as províncias enviam recursos para capital. Em troca, a capital envia segurança e sistemas de transportes (ROSSMAN, 2017).

Para Pasciuti (2013), a via territorialista é imperial e cosmopolita e desenvolve uma forte “hierarquia” urbana, ou seja, uma cidade-primaz possui populações e poderes econômicos relativamente mais distanciados entre si do que um padrão de heterarquia urbana tipicamente capitalista.

Concorrência territorial

A partir da diferenciação entre capitalismo e territorialismo, é possível inferir que ambos se materializaram duplamente em territórios ocidentais, por processos de internalização, através de redes urbanas de diferentes tipos que devem estar associadas espacialmente na forma de concorrências territoriais. O resultado concreto da configuração territorial deve depender dessa interação entre sistemas urbanos em concorrência.

Com efeito, Jean Gottman (1983, p. 89, tradução livre) pensa a instalação de uma nova capital em termos de conflitos entre tipos de cidades e tipos de redes urbanas: “*O conflito constante*, embutido em qualquer sistema político, que se opõe à centralidade da capital a condição do resto do território, não deve ser subestimado” [grifos nossos]. Falando sobre um território inserido em uma ordem contemporânea, Gottman (1983, p. 90, tradução livre) vê uma oposição entre grandes

metrópoles e capitais nacionais: “*Um conflito permanente* na política tem oposto a grande metrópole em crescimento ao governo central do país. Isto é um assunto importante em nossos dias de rápida urbanização e ‘metropolização’ em grande escala” [grifos nossos]. Mas essa dinâmica pode ser observada também em tempos mais longínquos da história: “A história medieval está cheia de constantes conflitos, negociações e acordos entre governantes e grandes cidades ricas”(GOTTSMAN, 1983, p. 90, tradução livre).

A questão da organização concreta dos territórios, dessa feita, pode repousar sobre os processos de internalização e concorrência territorial. Quando o capitalismo internaliza o territorialismo, são padrões econômicos específicos que devem comandar a organização do território. Quando é o territorialismo que internaliza o capitalismo, pelo contrário, são outros padrões que devem comandar essa organização interna. Dessa forma, capitalismo e territorialismo são coexistentes na forma de internalizações no Ocidente, daí a importância de focar no ritmo de seus avanços, das redes urbanas capitalistas e das redes urbanas territorialistas, para avaliar a concorrência territorial.

As capitais e, sobretudo, as candidaturas a capitais, mobilizam diferentes expectativas de desenvolvimento ou vias de formação do Estado. Assim, carregam na sua própria fundação fatores de desenvolvimento que devem avançar em determinado ritmo. Por exemplo, acompanhava o processo de centralização da capital em Brasília, no interior do Planalto Central, um desejo de descolonização que se materializava na vontade de se difundir a pequena propriedade pelo interior do Brasil, tal como ocorrera nas frentes pioneiras dos Estados Unidos. Já a ideia de manter a capital no Rio de Janeiro ou no máximo avançar ao Triângulo Mineiro, repousava na expectativa de fazer as grandes propriedades continuarem a avançar pelo território de forma que o Estado se mantivesse subordinado aos interesses imperialistas-globais, em que foram representados no passado não distante interesses tipicamente ingleses. Essas duas expectativas de desenvolvimento devem concorrer segundo os tipos de sistemas urbanos que elas materializam e os fatores de desenvolvimento que carregam.⁷

Dessa forma, a questão da concorrência de redes urbanas deve ser uma estrutura territorial do sistema-mundo. Analogamente, as diferentes candidaturas a capitais podem carregar a concorrência entre tendências democráticas ou autocráticas, capitalistas ou territorialistas ou, ainda, numa escala mais específica, a concorrência entre polos opostos de expectativas de desenvolvimento nacional num período de ciclos hegemônicos globais.

Capitalismo e territorialismo na formação do Estado brasileiro

Capitalismo, territorialismo e a questão da localização da capital devem ser colocados no contexto de longa duração do Brasil. Segundo Antônio Carlos Robert de Moraes (2008), a conquista territorial e a colonização atravessaram toda a história política do Brasil pela abundância de seu espaço. Tanto a colônia (1530-1822) quanto o Império (1822-1889), e depois o Estado nacional (a partir de 1889), organizaram-se para cumprir objetivos de conquistas territoriais que eram tanto locais quanto globais. Porém, defendemos que a conquista territorial no Brasil tanto existe sob a forma de

⁷ Segundo Arrighi (1996, p. 300), também na formação do Estado nacional norte-americano houve controvérsias políticas entre manter o Estado nascente subordinado à hegemonia inglesa ou promover um desenvolvimento nacional autônomo: “Entre 1803 e 1853, compras e conquistas haviam [sic] mais que duplicado o território dos Estados Unidos, que passou a ter dimensões continentais. Pouco depois, a guerra civil (1860-65) resolveu a disputa entre estados do Sul, que eram favoráveis à continuação da expansão territorial no Caribe e uma integração mais estreita dos Estados Unidos com o sistema de mercado mundial da Grã-Bretanha, e os estados do Norte, que defendiam uma reorientação dos interesses estratégicos norte-americanos: em vez da expansão territorial externa, queriam a integração dos territórios adquiridos numa economia nacional coesa. A vitória dos estados nortistas levou a um movimento rápido nesta última direção.”

uma organização territorialista quanto capitalista. A questão é, nomeadamente, o modo como se dá essa conquista e, principalmente, como o espaço é organizado a partir dela. A questão do regime de acumulação ou dos regimes que predominaram na história do Brasil deve ser colocada com atenção, pois:

A novidade introduzida pela forma economia-mundo residiria na convivência - no interior do mesmo macro-espaço de relações econômicas - de vários espaços de dominação política (...). Isto induz um caráter policêntrico no comando político da expansão da economia-mundo capitalista. (MORAES, 2008, p. 54)

Nesse sentido, Moraes afirma que a concepção introduzida por Immanuel Wallerstein (2011) com o conceito de sistema-mundo se ressalta, sobretudo, do ponto de vista da grande variedade política que coexiste desde o século XVI até hoje. Na verdade, poucos são os espaços eminentemente capitalistas, sendo Gênova, Veneza e Amsterdã (e, mais recentemente, os Estados Unidos) os casos paradigmáticos, como já afirmamos. Nesse sentido, o Brasil teria sido colonizado por duas unidades políticas de feições marcadamente territorialistas, como Portugal e Espanha, e, modernamente, pela Inglaterra por vias indiretas. Quanto à Espanha, é importante salientar que comandou o território brasileiro por 60 anos durante a União Ibérica (MORAES, 1999, 2001).

Dessa forma, o fato de o espaço do Brasil ter sido colonizado por unidades políticas de feições territorialistas significa que um Estado nacional forte não se tenha instalado na colônia, como é consenso na historiografia. As diferentes metrópoles desenvolveram mecanismos específicos de colonização. Na verdade, ao contrário de um Estado forte, as colônias participam da modernidade justamente como lócus de acumulações primitivas desses Estados centrais

Esse recuo é necessário para afirmar que não são as metrópoles territorialistas aquelas que permitiram o desenvolvimento de Estados nacionais como produto direto e mesmo indireto das relações coloniais. *No além-mar*, essas metrópoles (cujo capitalismo está internalizado *pelo* territorialismo), estão voltadas para a expansão territorial *com exploração comercial* e, assim, tendem a ameaçar soberanias locais ao invés de preservá-las. Com efeito, a independência do Brasil em 1822 não constituiu uma ruptura efetiva com o Estado colonial: “A adoção da monarquia no Brasil de certa forma amenizou o fato emancipatório diante da Europa” (MORAES, 2001, p. 112).

Foi apenas com “a fragmentação dos impérios a partir da Primeira Guerra Mundial [que] implicou a consagração do Estado territorial como forma de organização política básica em todo o mundo” (MORAES, 2008, p. 60). Esse momento coincide também com a queda da hegemonia inglesa (cujo capitalismo está internalizado *pelo territorialismo*) e o surgimento da hegemonia norte americana (cujo territorialismo está internalizado *pelo capitalismo*). Assim, após um longo processo colonial e neocolonial, um Estado nacional relativamente forte só foi possível no Brasil após a Revolução de 1930, mesmo que esta se caracterizasse como um conflito entre oligarquias: “O Estado Novo representou um período de grande modernização do aparelho do Estado brasileiro, com a criação de vários órgãos que poderiam ser definidos como gestores de políticas territoriais” (MORAES, 2008, p. 129).

É nesse contexto de formação efetiva do Estado nacional, ainda que com as limitações de um Estado periférico, que a discussão sobre a localização da capital poderá se dar. Aparentemente, é sob a égide de um regime de acumulação eminentemente capitalista, do ponto de vista do centro hegemônico, os Estados Unidos, que um Estado nacional local pôde se desenvolver no Brasil, o que implicou a construção de uma lógica estatal propriamente nacional, ainda que tardiamente, sob a égide de um capitalismo pleno (WOOD, 2011). Já o padrão territorialista neocolonial continuava a representar uma via de desenvolvimento possível por muito tempo para as elites periféricas, como veremos na questão das controvérsias sobre as localizações da capital.

A localização de Brasília e os projetos nacionais

Na questão da localização da capital, há dois modelos em disputa, a partir do que sustentamos que ambos se encaixam nos padrões de desenvolvimento capitalista e territorialista, articulando a temporalidade dos acontecimentos à temporalidade da longa duração na questão do planejamento territorial e sua “performatividade”.

A questão da localização da capital no Brasil foi debatida com importantes controvérsias no IBGE, órgão de planejamento estatal do governo Vargas fundado em 1938. Há geógrafos que defendem a manutenção da capital do Brasil no Rio de Janeiro, tais como Preston James e Speridião Faissol, mesmo que a constituição de 1946 impusesse a mudança para o Planalto Central. Eles argumentam quanto à necessidade de manter para o Brasil um modelo agroexportador, ligado ao porto e às relações internacionais. Para esses autores, a chamada (auto)suficiência do Brasil deveria ser procurada no exterior e não numa organização interna do território: “os que apoiam a ideia de *interdependência internacional*, de preferência a autossuficiência nacional, optam por manter a acessibilidade do mundo exterior de que desfruta o Rio de Janeiro” [grifos nossos] (JAMES; FAISSOL, 1960, p. 776).

Porém, a constituinte de 1946 chancela a mudança da capital do litoral para o interior e esse grupo vê a necessidade de defender uma outra possibilidade intermediária, mas que preservasse seus objetivos. A opção do Triângulo Mineiro se contrapôs à proposta de localização da capital no Quadrilátero Cruls,⁸ no interior do Planalto Central. Isso porque essa capital no Triângulo Mineiro semi-interiorizada foi chamada por alguns autores de “penemarítima”, de forma que essas capitais “parecem constituir, por exemplo, uma solução conciliatória” (PENA, 1955, p. 202) entre as vantagens comerciais do porto do mar e as suas vulnerabilidades estratégicas. Na prática, continuaria sendo uma capital marítima ligada ao modelo agroexportador.

Uma capital marítima ou penemarítima, associada ao porto, ou uma capital interiorizada, relativamente isolada em seu sítio, cumpririam papéis funcionais diferentes no território, daí a importância da localização e dos fatores geográficos que essa localização congregava. Para nós, a capital marítima reproduz uma lógica de exploração cosmopolita imperial, territorialista, ao estilo da exploração ibérica e inglesa, enquanto uma capital interiorizada reproduz a lógica de construção de um mercado nacional, uma estratégia, portanto, nacional-regional, ou seja, capitalista e sob hegemonia norte-americana. Castro (1947a, 1947b) faz uma diferenciação entre capitais “colonizadoras” ou “impulsionadoras”, como se capitais colonizadoras (interiorizadas) “puxassem” as regiões vizinhas a partir de uma descontinuidade no território, enquanto as capitais impulsionadoras (ligadas ao porto) fariam a civilização caminhar para frente, sempre num mesmo sentido e progressivamente com a franja pioneira já existente, sem descontinuidade.

Em nossa interpretação, as capitais colonizadoras são reveladoras de uma dinâmica de construção capitalista do Estado, pois criam uma dupla polaridade no território, que promove uma concorrência territorial com o modelo colonial-agro-exportador, enquanto as capitais impulsionadoras são reveladoras de uma capital cujo Estado nacional é submetido à lógica territorialista de expansão da frente pioneira como uma mancha contínua e com exploração de recursos visando colocá-los no mercado internacional. A capital no Triângulo Mineiro, além de ser penemarítima e, portanto, manter sua ligação com o porto, também está inserida no interior da franja pioneira sudestina, agindo, então, como tal capital impulsionadora.

⁸ O Quadrilátero Cruls foi desenhado no centro do Planalto Central, onde hoje está Brasília, depois das expedições Cruls, já citadas.

No tipo impulsionador a civilização como que caminha progressivamente, avançando-se pelo interior adentro os seus elementos de progresso material e cultural; nesse caso, a nova capital tem de localizar-se na faixa pioneira, verdadeira transição entre a parte civilizada e a não, de maneira que possa recolher de uma parte as energias econômicas, políticas e sociais para projetá-las na outra parte. (CASTRO, 1947a)

Castro é defensor de uma capital impulsionadora, cujas energias geográficas partissem sempre do litoral. Para ele, a capital não poderia perder o contato com a chamada franja pioneira da grande exploração de recursos e isolar-se, como pretendem os defensores da interiorização da capital. Assim, o impacto mais importante dessa diferenciação é que, enquanto uma capital no litoral guardaria apenas uma polaridade e uma influência crescente sobre o conjunto do território, revelando uma lógica herdada do período da colônia e da hegemonia inglesa, uma capital interiorizada constituiria uma polaridade concorrente no território, visando a construção de um mercado interior e nacional. Nessa última lógica, enquanto as grandes cidades continuariam no litoral, uma outra capital planejada estabeleceria uma concorrência territorial e pressionaria uma mudança de estrutura de dentro para fora. Isso teria consequências importantes para a configuração do Estado nacional.

De um lado, uma capital interiorizada, com relativo isolamento, poderia acumular forças para construir uma nova ordem interna, por onde observamos o interesse do Estado varguista de acumular forças no interior para cancelar no espaço um outro ponto de partida para movimentos de colonização, sob influência de outra lógica que não a puramente colonial imperial-cosmopolita. Isso revelaria, por outro lado, que uma capital no litoral poderia ter um Estado subsumido às forças coloniais imperialistas-cosmopolitas, enquanto uma capital no interior poderia construir um Estado nacional e relativamente autônomo das exigências do mercado internacional. Portanto, a localização da capital impactaria no próprio tamanho e autonomia do Estado brasileiro e no modelo de colonização do território.

Assim, essa reorganização do espaço com o deslocamento do poder, colocando a capital no interior, com distanciamento de áreas consolidadas no padrão colonial, fez com que os geógrafos defensores da interiorização, além de defensores de um Estado nacional forte, imaginassem que esse novo núcleo de poder acumularia, no médio prazo, forças para concorrer com os núcleos constituídos no Leste.

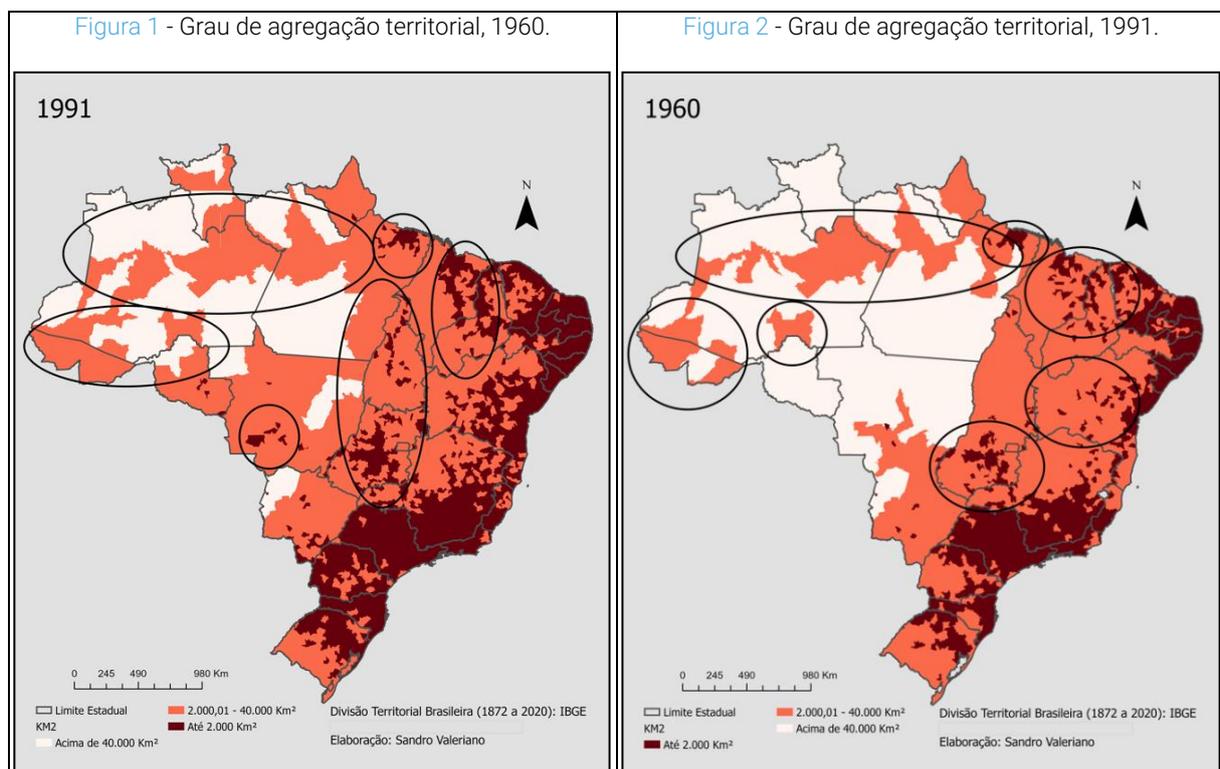
Finalmente, esse processo se projeta sobre a questão fundiária, que era central do ponto de vista tanto do neocolonialismo quanto do desenvolvimento capitalista. Assim, alguns geógrafos tendem a acreditar que, ao se inverter o sentido da zona pioneira, haveria uma pressão interna de transformação do país, de dentro para fora, forçando o latifúndio concentrado no leste a se dividir e, dessa maneira, transformando toda a estrutura fundiária do país através desse largo processo de mudança da capital em um padrão capitalista. Os geógrafos regionais defendiam essa última posição, que, como já foi dito, implicava a construção de uma dupla polaridade sobre o território. Outros geógrafos apostavam que apenas o mercado global e a grande propriedade privada deveriam avançar no território, ressaltando a continuidade de um modelo neocolonialista. Chega-se à formulação que, enquanto o padrão capitalista, por um desenho descontínuo no território, busca fazer avançar a pequena propriedade, de acordo com o padrão territorial hegemônico norte-americano, o padrão territorialista busca um avanço, numa mancha contínua, da grande propriedade, de acordo com a continuidade do padrão hegemônico ibérico e inglês.

A materialidade da frente pioneira capitalista e da frente pioneira territorialista

A produção material do território reverberou os planos que foram distinguidos através das controvérsias e das vias de formação dos Estados modernos? Apesar do lapso temporal que os separam, ou seja, as controvérsias no âmbito dos acontecimentos e a produção material do território na longa duração, essa questão implica em considerar a produção material do território a partir da distinção de duas dinâmicas: a primeira é o avanço do capitalismo, da frente pioneira capitalista, o avanço da pequena propriedade a partir de uma candidata à capital localizada no interior; a segunda é o avanço do territorialismo, de uma frente pioneira territorialista, o avanço da grande propriedade com uma capital localizada no litoral. Sem consciência dessas estruturas, os personagens históricos podem ser vistos como partícipes desse movimento de longa duração.

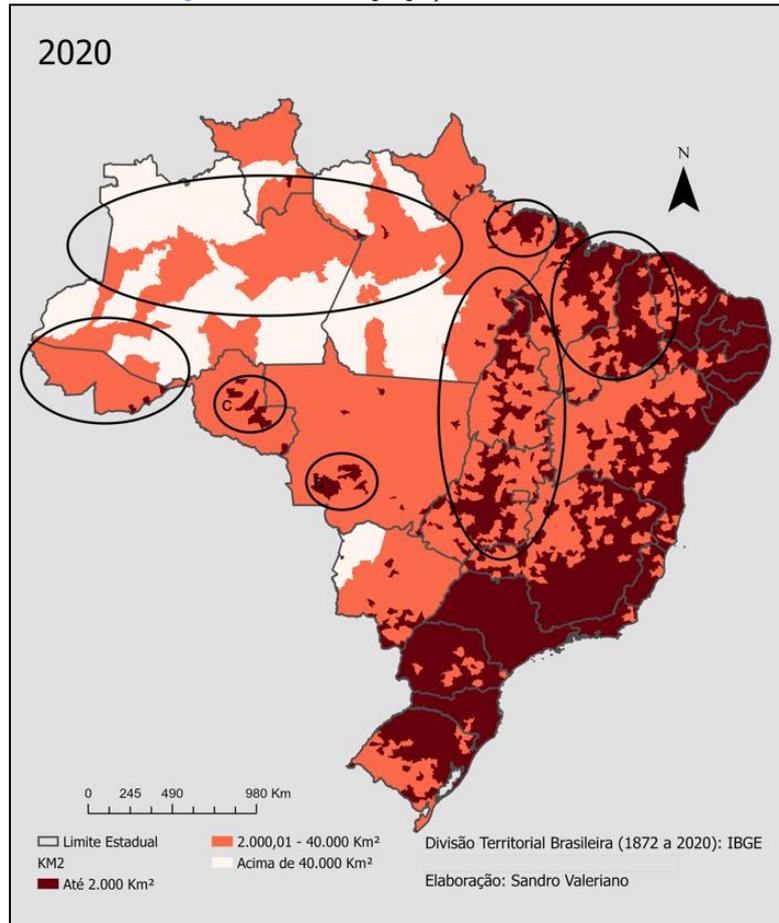
A partir de uma série histórica sobre a evolução da divisão territorial do Brasil no que toca à formação de municípios, entre 1872 e 2020, publicada pelo IBGE, produzimos mapas temáticos que visam demonstrar o grau de agregação territorial do Brasil, entendido como o tamanho das manchas na divisão territorial em vigor. Ou seja, diz respeito à organização do Estado, que está no cerne da discussão sobre duas vias de formação do Estado moderno.

Agrupamos os municípios segundo diferentes escalas de área total. Um primeiro grau de agregação foi considerado baixo, ou seja, era composto por grandes municípios com área superior a 40.000 km². Esses municípios se encontram majoritariamente no interior (oeste) do Brasil. Um segundo grau de agregação foi considerado médio, que eram os municípios com área entre 20.000 e 40.000 km². Esse grupo de municípios, normalmente, compunha uma faixa intermediária entre o litoral e o interior. Um último grau de agregação territorial foi considerado alto, de municípios de até 2.000 km². Esse grupo de municípios normalmente ocupava a faixa litorânea. A partir disso, foi possível traçar uma evolução.



Fonte: Larissa Alves de Lira

Figura 3 - Grau de agregação territorial, 2020.



Fonte: Larissa Alves de Lira.

Esse conjunto de mapas (figuras 1, 2 e 3), cujos destaques representam as manchas de avanços descontínuos, demonstra que o grau de agregação territorial diminui à medida que avançamos para o interior do Brasil. Mas o mais importante a se observar é que, de tempos em tempos, formam-se frentes pioneiras capitalistas, com um aumento do grau de agregação municipal numa *lógica descontínua*, fora da mancha de onde está concentrado um grupo de regiões mais agregadas. Mas é possível perceber também que as regiões mais agregadas, que partem de Rio de Janeiro e São Paulo, também evoluíram na forma de uma mancha, de leste para oeste.

De um lado, criaram-se polos descontínuos de agregação territorial. De outro, avançava-se na forma de uma mancha. Como vimos, isso apareceu no debate sobre a lógica das diferentes localidades da capital. Esse duplo desenvolvimento deve ser revelador das duas dinâmicas que estiveram em debate e levaram às controvérsias na escolha da localização de Brasília, bem como à concorrência territorial entre capitalismo e territorialismo na formação e evolução do Estado brasileiro. Assim, essas lógicas contínuas e descontínuas de formação territorial, com efeito, podem revelar as duas principais vias de formação do Estado definidas por Arrighi e que estiveram em debate no Brasil na questão da localização da capital.

Finalmente, para confirmar que ambas as frentes avançavam segundo as lógicas dos diferentes projetos que estavam sendo debatidos na questão da escolha da localização da capital, decidimos comparar o avanço de ambas as frentes com os fatores de desenvolvimento que estavam fortemente associados a cada um dos projetos: o avanço da grande propriedade, numa lógica territorialista, e o avanço da pequena propriedade, na lógica capitalista. Para essa comparação,

utilizamos mapas produzidos pelo IBGE no Atlas do Espaço Rural Brasileiro (2020) para os anos de 1960, 1980, 1995/1996 e 2006.

Esses mapas demonstram, indiretamente, como se comporta no espaço e no tempo o processo de divisão da propriedade. Essa é uma relação indireta, pois são evidenciados o número de estabelecimentos agropecuários a cada 1.000 hectares, representando assim, o tamanho da propriedade rural. Mesmo que os períodos dos mapas de agregação territorial não sejam exatamente coincidentes com os da evolução da propriedade, permitem comparar pelo menos as décadas, o que torna a avaliação possível, visto serem fenômenos de longa duração.

Figura 4 - Densidade de estabelecimentos, 1960

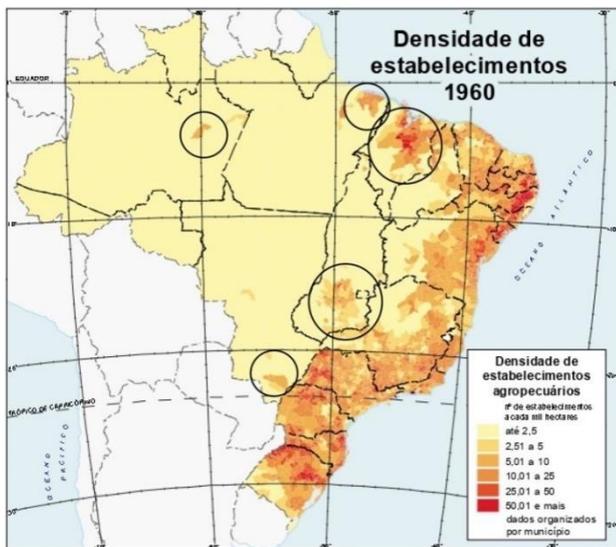


Figura 5 - Densidade de estabelecimentos, 1980

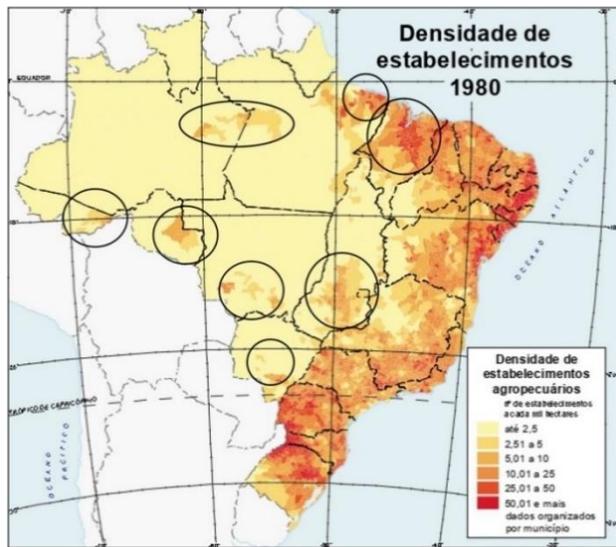


Figura 6 - Densidade de estabelecimentos, 1995/1996

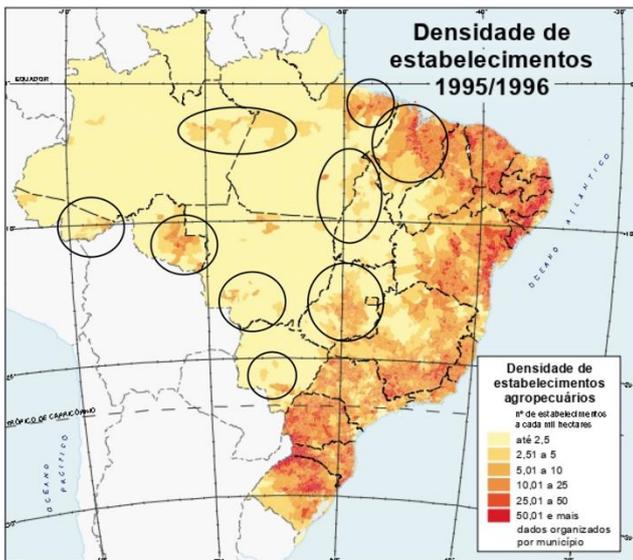
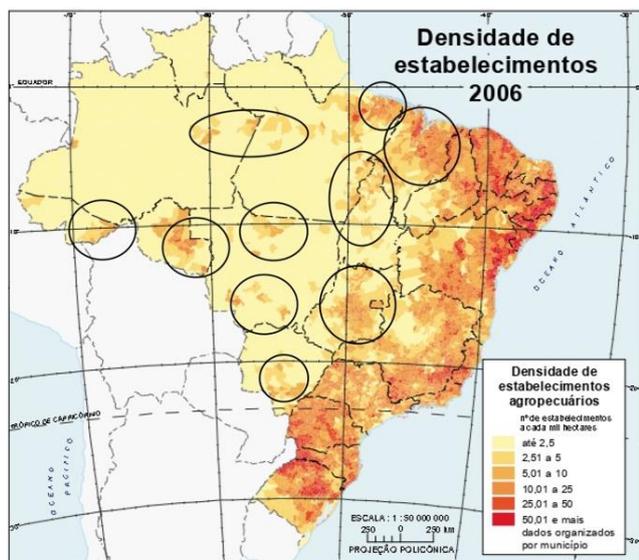


Figura 7 - Densidade de estabelecimentos, 2006



Fonte: IBGE, 2020.

Em resumo, observam-se nos mapas (figuras 4, 5, 6, e 7), cujos destaques igualmente representam manchas de avanços descontínuos, dois principais fenômenos: o primeiro deles é que as áreas coincidentes com o avanço da frente territorialista do leste para oeste, com polo de centralidades em São Paulo e Rio de Janeiro em direção ao Mato Grosso do Sul, mantêm um padrão de avanço de grandes propriedades. A rigor, se compararmos os mapas ao longo do tempo, a área que seria relativa à frente pioneira territorialista passa por processo de divisão mais lento da propriedade. O segundo fenômeno é que, com efeito, se compararmos o processo em termos de concorrência territorial, parece que, junto com o avanço da frente capitalista, também se configuram polos descontínuos de avanço da divisão da propriedade em regiões que parecem coincidentes com o avanço da frente capitalista (ver destaques das figuras 4, 5, 6 e 7). Assim, sugerimos que é possível que, junto com o avanço da lógica capitalista no Brasil, tenha havido um relativo avanço da divisão da propriedade, segundo se constava nos planos iniciais daqueles que decidiram colocar Brasília no interior do Brasil.

Conclusões

As alternativas que guiaram a escolha da localização da capital do Brasil, debatidas entre 1948 e 1955, representam lógicas distintas e diferentes padrões de conquista material do espaço que estiveram em concorrência, podendo ser associadas à lógica territorialista, de um lado, e capitalista, de outro. Ademais, a temporalidade dos acontecimentos e da longa duração estão, neste caso, plenamente associadas, demonstrando a “performatividade” do planejamento territorial no âmbito do sistema-mundo, ou seja, a capacidade dos planos de construir territórios concretamente. Finalmente, a ideia de concorrência territorial pode ser considerada como um novo conceito geográfico derivado dos processos de internalização das vias de formação do Estado no sistema-mundo associadas ao contexto nacional interno. Essa associação permite pensar a formação territorial do Brasil dentro de lógicas ideais claramente distintas, porém em relações complexas no território.

A vantagem da análise arrighiniana em termos de modelização do curso geo-histórico está em propor classificações com alto nível de adequação aos padrões históricos e, sendo essas qualificações adequadas ao teste empírico, permitir traçar relações mais pertinentes. Com efeito, distinguir adequadamente se presta a observar relações geográficas mais realistas. Assim, a partir do que foi demonstrado, surge um outro recurso de análise para pensar a formação territorial do Brasil: a concorrência interna entre padrões capitalista e territorialista, entre as frentes capitalistas e territorialistas.

Do ponto de vista da associação entre a história da geografia com a geografia histórica, revela-se que as geografias imaginadas na forma dos projetos nacionais de capitais foram ou altamente performáticas, contribuindo através do planejamento para a efetiva construção de territórios, ou, ao menos, inseridas nos processos de longa duração que se projetaram sobre o futuro do território.⁹ As cadeias de raciocínio que cada uma das alternativas às localizações das capitais colocava, em termos geográficos, desembocavam no processo de avanço da pequena propriedade, em termos capitalistas, ou da grande propriedade, em termos territorialistas.

Ao comparar esses projetos e seus modos de avanço concretos de frentes pioneiras no território através de uma análise do avanço da divisão territorial na forma de agregação territorial, revela-se duas lógicas geográficas de avanço de dois tipos de Estado no Brasil. Um primeiro tipo é um avanço descontínuo (capitalista, com formação do Estado nacional) e um segundo tipo é um

⁹ Uma pesquisa relacionada poderia aprofundar a pertinência da conceituação da “performatividade” do planejamento ou de seu realismo.

avanço contínuo (territorialista, com Estado subordinado aos interesses coloniais do mercado global). Observamos que, de fato, eles carregavam consigo um modo de divisão da propriedade no interior do país com um padrão coincidente com o desenho das distintas frentes pioneiras. Enquanto a grande propriedade avançava de forma contínua do litoral do Sudeste para o interior, revelando uma frente pioneira territorialista, a pequena propriedade avançava de dentro para fora do território, num padrão descontínuo de frente pioneira, numa frente pioneira capitalista.

A partir dessa constatação, surgem algumas questões que mereceriam ser aprofundadas: a primeira seria verificar empiricamente como o capitalismo e o territorialismo aparecem concretamente em outras escalas de planejamento regional ou local. Qual a dinâmica concreta de formação das vias dos Estados do ponto de vista do processo de divisão territorial do Brasil? Como municípios ou estados passaram por processos de formação no interior dessas lógicas no contexto do Brasil? A vantagem dessa análise é identificar empiricamente a tendência dominante, o que, no limite, coloca em questão a capacidade do Brasil em se desenvolver a partir de tendências estruturais e no interior de um contexto sistêmico.

Assim, essa pesquisa poderia contribuir com futuras identificações da tendência estrutural de desenvolvimento do Brasil no âmbito da abordagem arrighiniana. Para isso, um método pertinente ainda deveria ser elaborado. Inferimos que, a partir de um quadro de concorrência territorial, poder-se-ia analisar o ritmo de avanço de ambas as frentes pioneiras, identificando o arranjo territorial que está avançando mais rápido no território, bem como suas lógicas de internalizações. Por fim, uma identificação da tendência estrutural do território do Brasil em termos arrighinianos deve ser colocada novamente em contexto sistêmico, principalmente inserida na mais nova e atual conjuntura de transições hegemônicas, com a suposta consolidação da China como novo núcleo orgânico do sistema-mundo.

Referências

- ARRIGHI, G. (1996) *O Longo século XX*. Rio de Janeiro, São Paulo: Contraponto, Unesp. 393 p.
- ARRIGHI, G. (1997) *A ilusão do desenvolvimento*. Petrópolis: Vozes. 371 p.
- ARRIGHI, G. (2008) *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo. 428 p.
- ARRIGHI, G.; HUI, P.-K.; HUNG, H.-F. (2004) Historical Capitalism, East and West. In: ARRIGHI, G.; HAMASHITA, T.; SELDEN, M. (orgs.) *The Resurgence of East Asia*. Abingdon: Routledge, p. 273-347.
- BOWMAN, I. (1931) *The Pioneer Fringe*. New York: American Geographical Society, Special Publication n. 13. 361 p.
- BRADFORD, M. G.; KENT, W. A. (1987) *Geografia Humana: teorias e aplicações*. Lisboa: Gradiva. 264 p.
- BRAUDEL, F. (1983) *O Mediterrâneo e o mundo mediterrâneo na época de Felipe II*. São Paulo: Martins Fontes. 2 vol.
- BRAUDEL, F. (1987) *A dinâmica do capitalismo*. Rio de Janeiro: Rocco. 94 p.
- BRAUDEL, F. (1997) *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Martins Fontes. 3 vol.
- CASTRO, C. L. de. (1947a) A mudança da capital do país. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, n. 47, p. 1435-1437.
- CASTRO, C. L. de. (1947b) Aspectos Históricos da Mudança da Capital do Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, n. 49, p. 3-4.
- DUAN, W. (2018) *Ming China as a Gunpowder Empire: military technology, politics, and fiscal administration, 1350-1620*. Tese (Doutorado) – Washington University in St. Louis, Department of History, St. Louis, Missouri. 204 p.
- GOTTMAN, J. (1983) Capital cities. *Ekistics*, Atenas, v. 50, n. 299, p. 88-93.
- IBGE. *Atlas do espaço rural brasileiro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.
- JAMES, P. E. FAISSOL, S. (1960) O Problema da Capital do Brasil. *Boletim Geográfico*, Rio de Janeiro, n. 158, p. 771-783.
- KNOX, P. L.; TAYLOR, P. (1995) *World-cities in the world-system*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LASCOUMES, P. (2002) De l'utilité des controverses. *Journal International de Bioéthique*, Paris, vol. 2, n. 13, p. 68-79.
- LATOUR, B. (1989) *La Science en action: introduction à la sociologie des sciences*. Paris: La Découverte.
- LLOYD, R. (1970) *Nations and cities: a comparison of strategies for urban growth*. Boston: Houghton-Mifflin.
- LOIS, C. (2018) ¿Geopolíticas de mundos efímeros? *Terra Brasilis* [Online], 10. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/3377>. Acessado em: 30 out. 2019.
- MONBEIG, P. (1984) *Pioneiros e Plantadores de São Paulo*. São Paulo: Hucitec.
- MORAES, A. C. R. de. (1999) *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec.
- MORAES, A. C. R. de. (2001) Bases da formação territorial do Brasil. *Geografares*, Vitória, n. 2, p. 105-113.
- MORAES, A. C. R. de. (2008) *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume.
- OZOUF-MARIGNIER, M.-V. (1989) *La formation des départements: la représentation du territoire français à la fin du 18^{ème} siècle*. Paris: Editions de l'école des Hautes Etudes en Sciences Sociales. 363 p.
- PARKER, G. (1996) *The military revolution: military innovation and the rise of the West 1500-1800*. Cambridge: Cambridge University Press. 266 p.
- PASCIUTI, D. (2013) *The city in time and space: political power, economic development, and urban transformations, 1400-2010*. Tese (Doutorado) – Johns Hopkins University, Baltimore. 408 p.
- PENA, J. O. de M. (1955) A mudança da Capital do Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, n. 2, p. 196-209.
- PERROUX, F. (1961) *L'économie du XX^{ème} siècle*. Paris: Presses Universitaires de France. 438 p.

- RICHARDSON, H. W. (1981) *Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional*. Rio de Janeiro: Zahar. 422 p.
- RINGROSE, D. (1998) Capital Cities, Urbanization and Modernization in Early Modern Europe. *Journal of Urban History*, v. 24, n. 2, Califórnia, p. 155-183.
- RODWIN, L. (1970) *Nations and cities: a comparison of strategies for urban growth*. Boston: Houghton-Mifflin.
- ROSSMAN, V. (2017) *Capital Cities: varieties and patterns of development and relocation*. New York: Routledge.
- SILVA, P. R. de F. (2008) A Amazônica e sua rede urbana: o estado de Roraima em foco. *Revista da Casa da Geografia de Sobral*, Sobral, v. 10, n. 1, p. 9-21.
- TAYLOR, P. J.; DERUDDER, B (2014). Tales of two cities: political capitals and economic centres in the world city network. *Glocalism: journal of culture, politics and innovation*, n. 3, Milão, p. 1-16.
- TILLY, C.; BLOCKMANS, W. P. (1994) *Cities and the rise of states in Europe, A. D. 1000 to 1800*. Nashville: Westview Press. 290 p.
- VENTURINI, T. (2010) Diving in magma. *Public Understanding of Science*, SAGE Publications, v. 19, n. 3, Califórnia, p.258-273.
- VERGARA, M. de R. (2006). Ciência e história no relatório da Comissão Exploradora do Planalto Central na Primeira República. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 4, p. 909-925.
- VESENTINI, J. W. (1986) *A capital da geopolítica*. São Paulo: Ática. 240 p.
- WALLERSTEIN, I. (2011) *The Modern World-System I: capitalism agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press. 4 vol.
- WOOD, E. M. (2011) *L'empire du capital*. Quebec: Lux Éditeurs.

Agradecimentos e declaração de responsabilidade

Agradeço à FAPESP pelo financiamento à pesquisa cujos resultados permitiram a elaboração deste artigo. Processo nº 2020/05637-0 (bolsa no país) e processo nº 2022/15303-8 (bolsa no exterior), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). As opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade da autora e não necessariamente refletem a visão da FAPESP.